



2517 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 08 - Educação Superior

CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS SOBRE PERFIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO (2012-2017)

Suzana Pilonetto da Costa - FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau
Rosane Magaly Martins - FURB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Stela Maria Meneghel - FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau

RESUMO: Este artigo analisa as publicações no campo da Educação Superior (ES), com foco na compreensão do significado do termo perfil e dos elementos utilizados para caracterizá-lo. A seleção de artigos tomou como palavras-chave 'perfil' and 'ensino superior' e 'perfil' and 'educação superior' nas bases do Scielo no período 2012-2017. Nos artigos localizados identificamos: o foco das pesquisas; a definição de perfil; elementos utilizados para caracterizar o perfil; fontes de dados utilizadas. Os resultados mostraram: predomínio de pesquisas sobre estudantes de ES; ausência de definição conceitual sobre o termo perfil; utilização de diversidade de dados quantitativos para caracterizar um perfil, sem problematização dos elementos selecionados; grande utilização de dados primários, produzidos no próprio contexto do estudo. Os achados permitem considerar que há necessidade de melhor elaboração do construto do perfil, bem como de maior reflexão sobre os elementos que o constituem.

Palavras-chave: pesquisas sobre perfil; perfil na Educação Superior; perfil no Ensino Superior; estudante de Educação Superior; pesquisa em Educação Superior.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS SOBRE PERFIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO (2012-2017)

RESUMO: Este artigo analisa as publicações no campo da Educação Superior (ES), com foco na compreensão do significado do termo perfil e dos elementos utilizados para caracterizá-lo. A seleção de artigos tomou como palavras-chave 'perfil' and 'ensino superior' e 'perfil' and 'educação superior' nas bases do Scielo no período 2012-2017. Nos artigos localizados identificamos: o foco das pesquisas; a definição de perfil; elementos utilizados para caracterizar o perfil; fontes de dados utilizadas. Os resultados mostraram: predomínio de pesquisas sobre estudantes de ES; ausência de definição conceitual sobre o termo perfil; utilização de diversidade de dados quantitativos para caracterizar um perfil, sem problematização dos elementos selecionados; grande utilização de dados primários, produzidos no próprio contexto do estudo. Os achados permitem considerar que há necessidade de melhor elaboração do construto do perfil, bem como de maior reflexão sobre os elementos que o constituem.

Palavras-chave: pesquisas sobre perfil; perfil na Educação Superior; perfil no Ensino Superior; estudante de Educação Superior; pesquisa em Educação Superior.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, até o início da década de 1990, a possibilidade de frequentar um curso de nível superior indicava uma condição social privilegiada. Neri (2007), ao apontar a relação entre a taxa de escolaridade e a renda média da população, mostra a significativa diferença entre a renda e ocupação de indivíduos analfabetos e daqueles que concluíram a Educação Superior (ES), explicitando não só a importância do diploma universitário para a inserção qualificada no mercado de trabalho, mas, também, que a população dos que são dela excluídos tem baixa probabilidade de mobilidade social.

A ES no Brasil já passou por diversas ondas de expansão, com forte abertura para o 'mercado educacional' (CUNHA, 2007). A primeira ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, no Governo Militar; a mais recente remete a meados da década de 1990, atendendo às exigências dos órgãos internacionais para a adesão à política neoliberal de privatização de bens públicos. Esta última expansão, ainda que acompanhada também pela expansão do setor público federal, garantiu que de meados de 1990 até os dias atuais (pouco mais de 20 anos) fosse praticamente triplicada a oferta de vagas em instituições particulares.

Entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, as matrículas totais passaram de cerca de um milhão e setecentos mil, em 1995, para seis milhões e trezentos mil em 2010 (AGUIAR, 2016). Dados do Censo da Educação Superior corroboram a importância da expansão do setor privado, que prosseguiu – embora em menor ritmo – até os anos recentes: em 2006 o Brasil contava com 3.632.487 matrículas no setor privado e, em 2016, estas eram 6.058.623. No mesmo período, a rede pública passou de 1.251.365 matrículas para 1.990.078. (INEP, 2017, p. 5). Percentualmente, em 2016, o país contava com 75,3% de matrículas no setor privado, e 24,7% de matrículas no público.

Quanto à oferta de formação, em 2006 havia 23.257 cursos de graduação no país; em 2016 estes somavam 34.440 cursos. Nesse sentido, cabe observar que o processo de expansão voltado aos interesses do mercado fez com que houvesse a chamada diversificação e diferenciação da ES por meio da criação de novos cursos e, também, de novos tipos institucionais, cuja qualidade, do mesmo modo, é 'diferenciada' (OLIVEIRA et al., 2008)[1].

Importante observar que, a partir de meados da década de 2000, aliada à política de apoio à expansão do setor mercantil, o Estado implantou as Políticas de Ações Afirmativas (PAA) - Lei 12.711/12. Esta, aliada às políticas implantadas desde a década de 1990 por diversos atores governamentais e sociais - Governo Federal, governos estaduais, diversas instituições de Educação Superior (IES) por iniciativa própria - permitiram que um novo perfil de estudante adentrasse a instituições de ES brasileiras. Este fato pode ser verificado em trabalhos que se utilizam de bases de dados nacionais, fornecendo ampla visão do país. (RISTOFF, 2013.; LETICHEVSKY, GRIBOSKI, MENEGHEL, 2016).

Na última década, portanto, temos que a educação no Brasil, embora tenha sido historicamente marcada por relações de poder, exploração e desigualdades sociais, viu o Estado assumir o compromisso de mudança em fóruns internacionais[2]. Desta forma alinhou-se a países que promovem o direito de acesso à educação, inclusive a superior, compreendida como oportunidade para as classes menos privilegiadas buscarem mecanismos de mobilidade econômica e social.

Mas, de acordo com alguns autores, o fato do processo de expansão ter ocorrido por meio do setor privado mercantil apenas tornou distinto o modo de manutenção do elitismo na ES. Há inclusive o risco de ser ampliada a desigualdade social em função das diferenças entre os tipos de instituições, conforme já alertava Vargas (2008, p.3) sobre a expansão da década de 1990:

[...] assinala seu caráter desigual: mais do que em outros países, a educação superior permaneceria com fortes traços elitistas. Se o fenômeno da elitização, no início, se identificava pelo reduzido número de instituições e de vagas, a evolução do sistema decorrente da dinâmica social e do aumento do acesso da população ao ensino superior introduziu, paulatinamente, novos mecanismos de discriminação e de distinção social, ligados aos recortes: público x privado, universidade x instituição isolada, ensino de elite x ensino de massa e cursos dominados por camadas privilegiadas socialmente x cursos que absorvem um público socialmente heterogêneo.

Diante deste cenário, em que o tema do acesso à ES se entrecruza com o da qualidade e de um elitismo 'disfarçado', tem se tornado cada vez mais necessários e frequentes pesquisas que objetivam caracterizar o perfil dos estudantes universitários brasileiros. Muitos deles visam realizar o perfil dos ingressantes na ES por meio de PAA, comparando-os com os demais – em particular quanto ao seu desempenho no curso.

Como exemplo podemos citar ABREU (2018), que analisa as iniciativas e desdobramentos das PAA na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, após implementação de cotas, em 2012. O autor constata que os professores não percebem diferença entre alunos cotistas e não cotistas. Já SANTOS (2014) destaca a importância das AA como políticas de reconhecimento que combatem desigualdades simbólicas.

Deste contexto de análise sobre a inclusão dos novos sujeitos na ES nasceu a problemática deste trabalho: a realização de estudos e pesquisas sobre perfil. Ao nos aprofundarmos na leitura de trabalhos com esta característica, nos deparamos com outra, de ordem metodológica, que se mostrou extremamente relevante: o que são e como se caracterizam os estudos de perfil?

Este trabalho resulta, portanto, da análise de publicações realizadas no campo da Educação Superior (ES), com foco na compreensão do significado e conceito do termo perfil, bem como dos elementos utilizados para caracterizá-lo. Para tanto, parte da produção de estudos sobre perfil num passado recente (2012-2017). Na realização deste objetivo, o texto foi organizado em quatro partes além da introdução: i) breve resgate de como, no Brasil, se constituíram bases de dados para a realização de estudos de perfil de estudantes de ES; ii) apresentação da metodologia do estudo; iii) análise dos resultados obtidos; iv) considerações sobre os achados da pesquisa e os estudos de perfil no Brasil no período analisado.

2 BASES DE DADOS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E ESTUDOS DE PERFIL

Mazza (2002) observa que o acompanhamento dos debates sobre educação ganhou expressividade no país em 1938, quando no Ministério da Educação e Saúde foi instalado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos^[3] (INEP). Em 1956, Anísio Teixeira, como diretor do INEP, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que funcionou em divisões autônomas dedicadas à pesquisa educacional (DEPE), à pesquisa social (DEPS), à documentação e informação pedagógica (DDIP) e ao aperfeiçoamento do magistério (DAM). Essa organização dedicou-se ao registro e sistematização de dados levantados em inquéritos, diagnósticos, censos e estimulou o desenvolvimento de pesquisas socioeducacionais. Criaram-se, portanto, os meios materiais para a manutenção de estudos sobre a educação: foi organizado um acervo bibliográfico e documental e começaram a ser pensadas estratégias para levar ao magistério as inovações pedagógicas, assim como os resultados de pesquisa recentes sobre temas pertinentes ao ensino. (MAZZA, 2002, p. 104)

A autora destaca a importância de um órgão nacional capaz de gerenciar informações relativas à educação de diferentes instituições e esferas administrativas, possibilitando pesquisas que subsidiem políticas públicas. Mas foram necessários muitos anos para que o INEP se tornasse um espaço efetivamente capaz de reunir e publicar os resultados dos dados sobre educação.

De acordo com Rothen (2005) o INEP passou por várias fases, tendo paulatinamente se aproximado da comunidade acadêmica e se reorganizado com base no tripé pesquisa/documentação/disseminação de informação. Nas últimas três décadas, porém, em especial a partir do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele obteve suficientes investimentos para construir infraestrutura que o habilitasse a tornar-se uma verdadeira “agência” de avaliação, tornando-se responsável por realizar exames nacionais que aferem o desempenho de estudantes de todos os níveis - da educação básica à superior^[4].

Ao longo de sua história, portanto, o INEP se constituiu na principal base de dados e estatísticas educacionais do Brasil, produzindo regularmente dados e relatórios sobre os diversos níveis, além de estudos por especialistas. Este trabalho de décadas, tornado público em seu sítio institucional (tanto dados quanto microdados), adquiriu confiabilidade e legitimidade que o tornaram referência nacional e internacional.

No que diz respeito especificamente à ES, são inúmeras as informações produzidas pelo INEP e importantes como fonte de dados para pesquisas sobre perfil. Eles decorrem basicamente: (i) do Censo da Educação Superior (Cesup), que consiste em coleta anual de dados de todas as IES do país; (ii) do Enade, exame para concluintes da ES, que também aplica o “Questionário Socioeconômico do Estudante” (QSE), gerando dados socioeconômicos sobre os inscritos no exame. Ambos – Censo e Enade - são “subsídios para a revisão e construção de políticas públicas, bem como para a revisão e construção de políticas de cada instituição de educação superior”. (LETICHEVSKY, GRIBOSKI, MENEGHEL, 2016, p. 7).

A palavra perfil tem diversas acepções. Aurélio (2018) indica mais de uma dezena, sendo a mais próxima do nosso objeto neste estudo: “3. Descrição ou relato em que se faz a traços rápidos o retrato moral e físico de uma pessoa”. O termo pode referir-se a um indivíduo ou a um grupo de pessoas, ressaltando diferentes atributos: físicos, sociais, econômicos, psicológicos, de consumo.

No campo da pesquisa em educação os estudos sobre perfil são de diversos tipos: (i) perfil profissional: consideram o conjunto de conhecimentos e características a serem desenvolvidos tendo em vista o desempenho da profissão; (ii) perfil docente: retratam o professor de diversos aspectos, tais como suas concepções e metodologias de ensino; (iii) perfil socioeconômico: explicita informações sociais e econômicas de um determinado segmento das instituições educativas – alunos, professores, famílias, gestores.

Os componentes de pesquisas sobre perfil não são pré-definidos. A eleição dos atributos de um perfil deve ser feita a partir dos objetivos de cada investigação, de forma que o foco do estudo é determinante para a seleção do tipo de característica a ser investigada, bem como dos elementos que a compõem. No caso de pesquisas no campo da educação, são comuns trabalhos que abordam o perfil socioeconômico. Há um grande leque de informações que podem apoiar a realização deste perfil: estado civil, raça, gênero, nacionalidade, condições de moradia, renda, trabalho, escolaridade dos pais.

Em pesquisas educacionais também é comum a realização de perguntas sobre as condições em que são realizados os estudos, tais como: tempo para chegar à escola; apoios existentes para o estudo; dificuldades; identificação das melhores situações de aprendizagem; recursos didático-pedagógicos da instituição e do corpo docente

No entanto, a definição dos elementos citados, bem como a eleição de outros, dependerá do objetivo da pesquisa. Por exemplo: para estabelecer parâmetros de análise socioeconômica, Ristoff (2013) definiu cinco elementos que, quando comparados em diferentes ciclos/anos de realização do Enade, atuam como diagnóstico do processo de democratização da Educação Superior no país. Disso deriva a seleção intencional das seguintes dimensões: (1) cor; (2) renda mensal da família; (3) origem escolar; (4) escolaridade dos pais; e (5) estudante-trabalhador.

A falta de definições claras quando da adoção dos elementos que devem compor um estudo de perfil dificultam comparações entre pesquisas, uma vez que não são expostos os critérios de seleção de atributos e, muitas vezes, de como são produzidos os dados.

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A definição dos procedimentos de investigação é parte fundamental de toda a pesquisa. No campo da educação estas são, em geral, definidas segundo a opção por metodologias quantitativas e qualitativas. Faremos a seguir uma breve explanação sobre ambas, a fim de compreender a forma como os dados de perfil foram abordados nos artigos analisados. Na sequência, indicaremos como trabalhamos a produção e análise dos dados desta investigação.

3.1 SOBRE USO DE METODOLOGIAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Para Bogdan e Biklen (1997, p. 67), na investigação qualitativa, “o objetivo principal do investigador é o de construir conhecimentos e não dar opinião sobre determinado contexto”. Nesse tipo de pesquisa objetiva-se “gerar teoria, descrição ou compreensão” de um processo mediante o qual os agentes envolvidos fornecem elementos para que o pesquisador elabore sentidos e significados sobre o objeto investigado. A pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p.14).

O método quantitativo, por sua vez, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas (RICHARDSON, 2015, p. 75). Ele se apoia predominantemente em dados estatísticos, visando gerar medidas precisas e confiáveis que permitam análises estatísticas. Para sua realização é fundamental o conhecimento teórico e uso de pesquisas anteriores para a escolha das variáveis/construto que deve observar, com clareza e objetividade, os elementos considerados fundamentais.

Segundo Zanette (2017) a pesquisa em educação no Brasil, nos seus fundamentos teórico-metodológicos, passou por diversos ciclos ao longo da história. Segundo o autor as abordagens das pesquisas qualitativas configuraram-se como enfoque metodológico a partir da década de 1970, em função das concepções epistemológicas das pesquisas quantitativas, muitas vezes, interpretarem a realidade de forma distorcida.

[...] as distorções quantitativas são devidas à precariedade das fontes, à manipulação da informação social, à imprecisão das técnicas em excluir certas variáveis para a explicitação do fenômeno escola, por exemplo. (ZANETTE, 2017, p. 154)

Ainda para o autor, na atualidade é pacífico que a produção do conhecimento na área das Ciências Humanas e Sociais não elimina a imbricação entre técnicas quantitativas e qualitativas; e que o valor dos estudos não se mede pela dimensão de uma ou outra abordagem, mas pela concepção que determina a orientação dos resultados e os vínculos estabelecidos com os sujeitos e os problemas investigados. Numa sociedade cada vez mais marcada pelas diferenças culturais, há de se levar em consideração a necessidade de métodos qualitativos para poder evidenciar as diferenças, sobretudo, na atualidade, em que as culturas estão sendo forçadas a se submeterem aos interesses econômicos do sistema, globalizado e hegemônico.

Em face destes e de outros argumentos, a partir da década de 1980 as pesquisas em Ciências Humanas e Educação passaram a utilizar-se, fortemente, de dados qualitativos. No entanto, tal não deveria excluir ou se contrapor a utilização de dados estatísticos. Pois, conforme constatou Gatti (2004) há mais de uma década, na pesquisa educacional poucos estudos empregam metodologias quantitativas, em prejuízo da interpretação dos fenômenos educativos.

Gatti (2004) considera que o pouco uso das bases de dados existentes sobre educação decorre da dificuldade dos educadores em lidar com dados demográficos e com medidas, de um modo em geral. No entanto, destaca que:

[...] dados quantificados, contextualizados por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, podem trazer subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais que contribuem para a produção/ enfrentamento de políticas educacionais e para o planejamento, administração e gestão da educação (GATTI, 2004, p. 26).

3.2 A METODOLOGIA DESTA PESQUISA

Para esta pesquisa foi realizado um levantamento de todas as publicações sobre perfil na Educação e no Ensino Superior na base de dados Scientific Eletronic Library Online (SCIELO). A utilização de palavras-chave foi deliberadamente ampla, com a finalidade de abarcar o maior número possível de estudos. Com essa perspectiva foram utilizados: "perfil" and "ensino superior"; "perfil" and "educação superior", para publicados em português. O recorte temporal foi o do período 2012 a 2017, considerando identificar apenas a pesquisas mais recentes.

A caracterização das publicações foi feita por meio dos seguintes itens: (i) título do artigo; (ii) autores; (iii) revista de publicação; (iv) sujeitos foco da pesquisa; (v) definição de perfil; (vi) elementos utilizados para caracterizar o perfil; (vii) tipo de pesquisa: qualitativa ou quantitativa; (viii) fontes e/ou instrumentos de geração de dados. Para a reflexão realizada neste artigo, porém, foram analisados somente os itens de (iv) a (vii).

Na base consultada com as palavras-chave "Perfil" (+) "Educação Superior", foram localizados 69 artigos. Com as palavras-chave "Perfil" (+) "Ensino Superior" foram localizados 62 artigos. No total, portanto, foram localizados 131 artigos, sendo que 31 encontravam-se repetidos em ambas as buscas – restaram, portanto, 100 artigos.

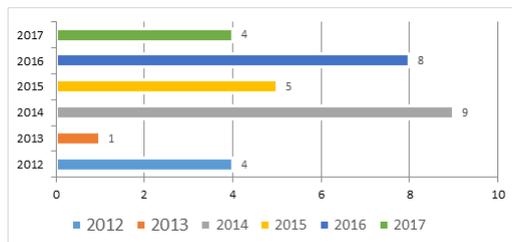
A leitura dos resumos levou à exclusão de 69 artigos que se mostraram completamente alheios ao escopo desta pesquisa, ainda que tendo sido selecionados pelos descritores indicados. Os textos foram excluídos por abordarem e terem por foco: aspectos legais/legislação (8); currículo (20); envolverem sujeitos da ES de modo geral[5]; abordarem o perfil profissional de diversas áreas (7); terem outros focos que não a ES - como, por exemplo, a saúde ou o uso de componentes químicos (15).

A análise apresentada a seguir teve por base, portanto, 31 artigos que abordavam efetivamente o perfil de sujeitos da ES.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS SOBRE PERFIL

Identificamos o crescimento de pesquisas sobre perfil no período 2012 a 2017, embora este crescimento não apresente regularidade. Estas se concentraram entre 2014 e 2016. (Gráfico 1).

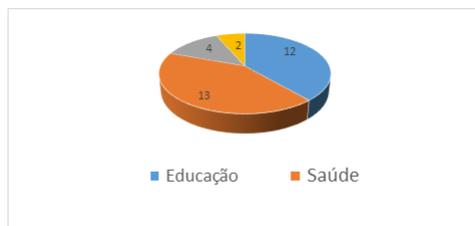
Gráfico 1- Total de publicações sobre o tema, agrupados por ano de publicação no Scielo.



Fonte: Dados organizados pelas autoras.

As áreas de conhecimento nas quais se inserem os artigos analisados são: Saúde (13); Educação (12); mais de uma área (4); Ciências Sociais (2). Deste total, 24 analisam perfil discente, seis analisam o perfil docente e apenas um faz o dois: perfil docente e discente. (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Quantidade de publicações sobre o tema por área de conhecimento.

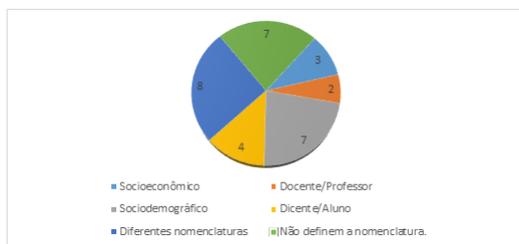


Fonte: Dados organizados pelas autoras.

O primeiro, e certamente o mais importante resultado deste estudo, consiste no fato de que nenhum dos 100 artigos analisados – tanto os 31 voltados diretamente aos sujeitos da ES quanto os 61 excluídos – se ocuparam de conceituar o termo perfil. Ou seja, as produções analisadas não apresentaram seções em que indicam sua compreensão sobre os possíveis entendimentos, significados ou usos do termo perfil, problematizando sua composição - tanto nos textos da área de Educação quanto nas outras áreas de conhecimento. Do mesmo modo, não houve explicitação da razão da escolha das nomenclaturas utilizadas: o termo perfil socioeconômico e perfil sociodemográfico foram os mais utilizados, com 10 ocorrências; 8 atribuem diferentes nomenclaturas, 7 não definem nenhuma nomenclatura e 6 usam nomenclaturas que identificam os sujeitos da pesquisa, como, perfil de discente/estudante ou perfil docente/professores.

Diante do exposto, temos que o significado do termo perfil só pode ser apreendido quando, na leitura do artigo, se identifica o contexto da pesquisa e dos sujeitos analisados.

Gráfico 3- Nomenclaturas utilizadas pelas pesquisas para definir tipo de perfil.

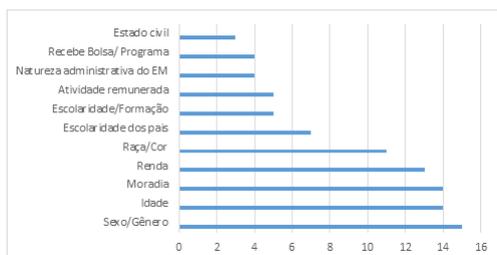


Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Esta diversidade de nomenclaturas e a compreensão do significado do termo a partir do contexto de produção da pesquisa denotam quanto o campo de estudo é "aberto" a todo tipo de descrição relativa a um grupo de indivíduos vinculados à Educação Superior. Dada a ausência de parâmetros ou referências teóricas capazes de especificar o que os autores se propõem designar, fica sendo "indiscriminado" o uso de adjetivações para perfil.

Diante do exposto, o detalhamento dos elementos utilizados para compor o perfil é fundamental à compreensão do quê ele pretende identificar. Nos trabalhos analisados houve tendência ao uso de dados socioeconômicos: sexo/gênero (15); idade (14); moradia (14); renda (13); raça/cor (13); escolaridade dos pais (7); escolaridade/formação (5); atividade remunerada (5). O gráfico 4, a seguir, apresenta essa discriminação.

GRÁFICO 4- Elementos de perfil mais citados nas publicações.



Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Como se pode observar, os artigos analisados mostram amplitude de entendimento sobre 'perfil'; no entanto, não explicitam os determinantes de sua seleção. A realização de uma pesquisa com características de perfil tem por pressuposto que a identificação dos elementos que virão a compô-lo é determinante para a compreensão do tema a ser debatido. Mas falta aos textos, em geral, uma contextualização histórica ou fundamentação teórica da importância ou necessidade das suas escolhas. Não são citados, por exemplo, pressupostos epistemológicos que permitam compreender a contribuição do uso de determinados itens de um perfil no desvendamento ou avanço do assunto investigado. Diante disso, não fica clara, a princípio, a razão da 'preferência' por itens de caráter socioeconômico nas pesquisas analisadas.

Tal permite pensar que os dados podem ser selecionados por uma questão de 'reprodução' de estudos similares, e não de importância para a compreensão do tema em foco. Prova disso reside no fato que, muitas vezes, os objetivos de caracterização do perfil não são sequer mencionados no final do artigo, além de ser comum haver referência a dados (como idade e sexo), sem qualquer relação como tema em estudo.

No que se refere à metodologia de pesquisa, a maior parte dos artigos (13) - cerca de 42% - não especificou a abordagem metodológica adotada. Nestes casos, eles deram um nome para o tipo de investigação realizada, tal como: 'estudo transversal descritivo' e 'pesquisa documental', ou indicaram a forma de geração de dados ('instrumento de geração de dados'). Ainda conforme a classificação feita pelos autores dos trabalhos, houve preponderância de pesquisas qualitativas (08), seguidas de quantitativas (06) e, finalmente, qualitativas e quantitativas (04). (Gráfico 5)

GRÁFICO 5- Metodologia de Pesquisa usadas pelos autores dos artigos selecionados.



Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Quanto à fonte dos dados, dos 31 artigos analisados a maior parte (21) elaborou seu estudo a partir de dados gerados por um instrumento de pesquisa próprio. Os demais, menos de um terço, utilizaram-se de bases existentes sobre ES, sem que houvesse nenhum destaque para a do INEP (Gráfico 6).

GRÁFICO 6- Fonte utilizada pelos autores para compor dados de perfil



Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Por fim, a leitura atenta da produção acadêmica envolvendo o tema "perfil" na Educação Superior nos permite assinalar que o objetivo principal da maior parte dos artigos não envolveu a elaboração ou construção de um perfil para, a partir dele, avançar em uma análise. Ocorre somente a utilização de alguns dados ou características dos sujeitos (docentes ou discentes), com o fim de discutir temas diversos relacionados a este campo - como por exemplo, a evasão, a satisfação com o curso, as políticas públicas de ES. Deste modo, o que são chamados 'dados de perfil' corresponde a reunião de informações que, esparsas ao longo de um texto, ilustram algum fato do contexto ou conjuntura institucional (do curso ou da instituição).

O Gráfico 7 indica a pequena quantidade de publicações, dentre o conjunto de artigos analisado, que efetivamente constrói um perfil e, a partir dos elementos que o compõe, busca estabelecer relações outros dados e informações.

GRÁFICO 7 – Publicações sobre perfil e publicações que usam dados de perfil em discussões de outros temas.



Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Também chama a atenção a tendência de serem 'listados' os dados percentuais dos diversos itens do chamado perfil de forma individual, sem que estes sejam, em algum momento, cruzados e correlacionados entre si. As informações são descritas sem problematização do resultado ou de possíveis significados das informações em seu conjunto. Assim, não se identifica a contribuição e, muito menos, as implicações do construto elaborado.

Ainda que haja, portanto, real importância nos dados/perfis produzidos, o fato de estes ficarem restritos a este tipo de interpretação tende a limitar o potencial de reflexão sobre os mesmos. Por extensão, também fica limitado o alcance de mudanças e inovações nas práticas educativas que eles, talvez, pudessem ensejar – e que, a princípio, pode ser o objetivo final dos estudos sobre perfil.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ACHADOS DE PESQUISA

A análise de pesquisas sobre perfil na Educação Superior no período 2012-2017 nos leva a questionar se os estudos produzidos são, de fato, sobre 'perfil'. Ou, ainda, a questionar o que devemos chamar de perfil, tendo em vista o entendimento revelado pelas publicações recentes dos periódicos em educação. Se apenas estes trabalhos forem tomados como referência, a delimitação de estudos sobre perfil na ES refere-se a um conjunto de dados reunidos sobre um grupo específico de sujeitos, cuja identidade pode ser dada pela pertença a um curso, instituição, nível de ensino ou situação acadêmica (ingresso, concluinte, evadido). A elaboração do construto, por sua vez, depende somente da conveniência e possibilidade de obter informações dos sujeitos pesquisados, sem outro tipo de delimitação teórica ou epistemológica.

Diante do exposto, parece-nos importante que os investigadores em educação analisem o que significa e como elaborar um estudo de perfil. A ausência de reflexão sobre os elementos que o constituem indica não somente certa 'naturalização' do termo na Educação Superior mas, também, fragilidade teórica na sua composição e validade. Este fato, aliado à falta de correlação entre os objetivos da pesquisa, os dados produzidos e os resultados pode fragilizar também os estudos realizados - não em termos da sua importância enquanto estudo, mas como potencial de contribuição para alterações curriculares, metodológicas, organizacionais, e até mesmo legislativas.

Nesse sentido, chamamos a atenção para a necessidade de estudos sobre o perfil de estudantes na ES. Cabe observar que há três décadas atrás eles provavelmente não suscitariam polêmicas institucionais e nacionais, dado que as características socioeconômicas dos estudantes eram praticamente inalteradas. No entanto, neste momento em que as IES públicas veem o perfil de seus estudantes ser modificado pela Lei de Cotas, eles assumem enorme relevância, conforme defendem Letichevsky; Griboski e Meneghel (2016, p. 7).

Finalizando, destacamos que, chama a atenção, a despeito do Brasil possuir um instituto como o INEP, com significativa e confiável base de dados estatísticos, e esta não seja utilizada como fonte primária de informação para a maior parte dos pesquisadores que se dedicam a estudos de perfil. Esperamos que, conforme indicou Gatti ainda em 2004, tal ocorra apenas porque os Programas de Pós-Graduação em Educação estejam um pouco distantes da formação de indivíduos capazes de realizar análises estatísticas, se esquecendo de considerar, em seus componentes curriculares, de disciplinas que possibilitem a realizarem trabalhos com este objetivo. Mas que não seja por terem abdicado dessa tarefa (delegando-a, talvez, aos economistas), menosprezando sua relevância na construção de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. N. N., **Políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): o curso de pedagogia em debate**. 2018, 231p. Dissertação (mestrado) – Departamento de Ciências Humanas e Educação. Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba. São Paulo.

AGUIAR, V. **Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura** Rev. Sociol. Polít., vol.24, n.57, Curitiba Mar. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000100113&script=sci_arttext&lng=en >. Acesso em: 25 fev. 2018.

AURÉLIO, B. H., **Dicionário Aurélio On-line**. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com>> Acesso em: 02 mai. 2018.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CUNHA, L.A. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira: entre o estado e o mercado**. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0928100.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2016: notas estatísticas**. 2017. Disponível em <http://downloads/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf> Acesso em: 23 fev. 2018.

LETICHEVSKY, C. A.; GRIBOSKI, M. C.; MENEGUEL, M. S. **Enade quatro recortes quatro visões**. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2016.

MAZZA, D. **A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação** Et. Al. TURRA, M. L. R. (org.) **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro, Quartet, 2ª ed. 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NERI, M. C. **Equidade e Eficiência na Educação: Motivações e Metas**. FGV Social, Rio de Janeiro, abr. 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/22030>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

OLIVEIRA, J. F. et. al. **Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil**. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília, DF: Inep, 2008. p. 71-88. 348 p.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa social métodos e técnicas**. 3ed. São Paulo, Atlas, 2015.

RISTOFF, D. **Os desafios da educação superior na ibero-américa: inovação, inclusão e qualidade** 2013. Disponível em <<https://www.ufmg.br/dai/textos/artigo4.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2017.

ROTHEN, J. C. **O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 86, n. 212, p. 189-224, 2005. Disponível em: < Acesso em: 02 mai. 2018.

SANTOS, S. P. dos. **Os intrusos e os outros quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012**. 2014. 390p. Tese (doutorado) - Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1429>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

VARGAS, M. H. **Ensino superior em expansão: mudanças no perfil socioeconômico do alunado** Boletim SOCED, v. 5, p. 13-17, 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11148/11148.PDFXXvmi=ohTnd7UvCIUp0BfspOLAx3nSW3rgtZGLS4010vEmr5m4kPt9C57e9v76AA4z4Qs9Qtan8xPdUUxLolouQDEmLKWl81UdRonJSz827Zg>> Acesso em: 23 jan. 2018.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2018.

[1] Cabe lembrar que, em função dessa expansão mercantil, tornou-se premente a necessidade de avançar na criação de processos de avaliação e regulação da ES, capazes de zelar por um padrão mínimo de qualidade. A preocupação com a qualidade desta expansão, manifesta desde a Constituição Federal de 1988 e ratificada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, culminou com a Lei 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

[2] Diversas conferências mundiais contribuíram para isso, como a Declaração de Jomtien (Tailândia, 1990) e o Fórum Social Mundial.

[3] Instalado mediante o Decreto-Lei n. 580 de 30 de junho de 1938, pensado dentro da nova estrutura do MEC, com atribuições iniciais de documentação, de pesquisa e de divulgação de conhecimentos educacionais (ROTHEN, 2005, p. 193).

[4] Na Educação Básica é responsável pelo SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica, instituído em 1990; no Ensino Médio pelo ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998; na Educação Superior pelo Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, criado em 2004. Além disso realiza vários outros exames como o ENCCÉJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (criado em 2002) e o REVALIDA- Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, criado em 2010.

[5] Estes casos dizem respeito às pesquisas que envolvem sujeitos não diretamente ligados ao campo da ES, tais como: agentes comunitários de saúde, fisioterapeutas, policiais militares, dentre outros.